

O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

A necessidade de “flexibilidade interna” faz as grandes empresas procurarem adequar as qualificações dos seus trabalhadores às transformações tecnológicas, desqualificando os menos aptos e valorizando a formação e o treinamento. O resultado é a invalidação dos trabalhadores mais velhos, de formação já sedimentada ou de baixa formação. Por outro lado as empresas também não cumprem a função de integração dos recém-formados no mercado, devido à exigência de alto nível de qualificação – assim, uma nova força de trabalho fica sem fonte monetária antes mesmo dela começar a servir.

Como consequência da “evolução da sociedade capitalista” que ameaça a integração da sociedade contemporânea, tem-se o crescimento do desemprego, uma sociedade mais dividida, a diminuição de renda e perda de direitos (seguro social), o isolamento social, o aparecimento da “nova pobreza” – consequência das demais e a instabilidade global, pois a crise do “Estado Provedor” é ao mesmo tempo causa e consequência da nova questão social.

Destarte, a descentralização das políticas sociais, diante da crise do Estado Capitalista e Provedor, tem concepções relativas à eficácia da gestão pública, diminuindo as fronteiras nacionais devido à globalização.

Neste âmbito, a presença crescente de oferta de serviços sociais pelas ONGs e suas parcerias com o Estado, além de ser fruto das iniciativas da própria comunidade, representam uma mudança conceitual no aspecto institucional do “Estado Provedor” (decorrente de sua crise de legitimidade).

Dados do *Internal Revenue Service*, mostram um crescimento de 276% no nº de organizações não-lucrativas e o PIB dos EUA também aumentou, chegando a 4,4% em 1985.

Nos últimos 10 anos o governo americano ampliou seu financiamento para os serviços das ONG's, como estratégia de transferência de responsabilidade do Estado, quanto a problemas de moradia, fome, idosos, etc. O artigo da *Manchester U.P.*, de 1992, mostra que na França 54.000 associações não-lucrativas foram criadas somente em 1987, em contraste com 10.000 na década de 60. Também a arrecadação das organizações filantrópicas britânicas cresceu cerca de 221% entre 1980 e 1986, e na Itália as ONG's cresceram cerca de 40% em 1985.

O Banco Mundial, segundo instrução da *Operational Directive OD 14.70* (antiga OMS 5.0 de 1988), cita as habilidades das ONGs para:

- (a) Alcançar comunidades pobres e áreas remotas;
- (b) Promover ações participativas locais, inclusive em programas governamentais;
- (c) Operar com baixos custos;
- (d) Identificar necessidades locais e transferir tecnologias apropriadas.

O Terceiro Setor no Brasil é um fenômeno das últimas três décadas. Na última década os grandes problemas que afetam a comunidade internacional: meio ambiente, crescimento populacional, narcotráfico, proliferação de doenças, instabilidade dos mercados, aumento de pobreza e desemprego – passaram a ser percebidos como questões globais, isto é, vão além das fronteiras e excedem os recursos locais.

No Brasil, são 300 mil organizações não-governamentais, fundações e instituições, que geram cerca de 1,2 milhão de empregos e movimentam 1% do PIB (cerca de R\$ 10,9 bilhões anuais). São 20 milhões de voluntários.

Pode-se perceber e concluir que há uma correlação positiva e forte entre o crescimento tendencioso do terceiro setor e democracia participativa.

Prof. Dr. Francisco José Moreira Chaves
Professor da EEL-USP